



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

“Pode-se mesmo dizer que a criação desse órgão federal (SUDENE) representou, historicamente, o início da recuperação do Nordeste, cujo desenvolvimento gradual, mercê de trabalho árduo e penoso, se vem processando com firmeza, não obstante as dificuldades deparadas pelas condições naturais e sociológicas da região.”

ENTRE angustiado e inquieto, acompanhei sempre, juntamente com a família brasileira, o drama vivido pelas populações nordestinas, no seu esforço obstinado e corajoso para superar a aspereza do meio físico e as aflições da penúria. Segui, por isso mesmo, com ansiedade, através dos anos, as providências concebidas pelo poder público para proteger essas populações contra a inclemência da natureza. Assisti, ao longo do tempo, à repetida frustração das esperanças depositadas nas medidas de amparo aos que se entregam, nesta região, ao rude trabalho da terra.

As justas expectativas do Nordeste se reacenderam, no entanto, com mais fundado motivo, ao entreabrir-se a década de sessenta, quando, com aplauso generalizado, se instituiu a SUDENE. Incumbida de promover a redução do desequilíbrio físico, econômico e social, que inferiorizava, em face da região Centro-Sul, o território sob sua jurisdição, a SUDENE se entregou a essa tarefa com devotamento e eficácia, realizando, em prol do fortalecimento da economia regional, obra de irrecusável benemerência.

Pode-se mesmo dizer que a criação desse órgão federal representou, historicamente, o início da recuperação do Nordeste, cujo desenvolvimento gradual, mercê de trabalho árduo e penoso, se vem processando com firmeza, não obstante as dificul-

dades deparadas pelas condições naturais e sociológicas da região.

Por inspeção pessoal e direta, efetuada em 1970, nas zonas assoladas pela impiedosa calamidade que sobre elas se abateu, pude, no entanto, verificar quanto era frágil ainda a estrutura econômica e social da região nordestina, bem como avaliar, nas suas exatas proporções, a dimensão dos empreendimentos requeridos para tutelar as atividades produtivas de sua gente e melhorar as suas condições de vida.

Diante daquilo que me foi dado observar, diante do primitivismo, quer material, quer espiritual, do estilo de vida vigorante entre a legião dos seres humanos fustigados pela intempérie, concluí, no próprio local, que era imprescindível, urgentemente imprescindível, não só incrementar, maciçamente, o auxílio aos flagelados, como desencadear, também, a par dos já existentes, largo e diversificado conjunto de programas com o objetivo de precipitar o ritmo de redenção do Nordeste.

Deduzi, por igual, que a concentração de recursos, em grande abundância, na região nordestina, posto necessária e conveniente, não era bastante, por si só, para lhe soerguer a economia e diminuir-lhe a vulnerabilidade.

Inferi que a idéia capital consistia, pelo contrário, em não considerar o Nordeste em si mesmo, como todo isolado, sem articulação íntima, profunda e indispensável com o País na sua integralidade, nas suas conexões essenciais.

Pareceu-me, desse modo, que, sem prejuízo dos planos e programas específicos, de âmbito regional, outros programas e planos se deviam montar, dentro

de concepção mais ampla, que coloca a questão da área-problema dentro de contexto nacional. Dessa maneira, segundo os melhores princípios, afigurou-se-me que cumpria situar o problema nordestino, com evidente vantagem para o seu mais eficaz tratamento, na esfera mais compreensiva da integração nacional.

Todo o cabedal de recursos, que se pôde reunir, assim como todo o potencial de energia, intelectual ou física, que se conseguiu mobilizar, tudo isso foi posto, desde então, com rapidez, a serviço desses processos ou métodos de ação, sucedendo-se, coordenadamente, as iniciativas governamentais para resgatar o mundo nordestino do subdesenvolvimento e da pobreza.

Ainda ressoavam as palavras que pronunciara, em junho de 1970, perante o colégio deste órgão, quando se estabeleceu o Programa de Integração Nacional, que estava destinado a constituir, pelos gigantescos empreendimentos a que deu lugar, um dos mais transcendentais capítulos da nossa história administrativa e política.

Concebido em termos de grande amplitude, inspirado em imperativos de unidade e segurança nacional, esse Programa, além de proteger, no seu todo, os mais altos interesses do País, favorecia também, de modo especial, os interesses do Nordeste, para cujo desenvolvimento, na ordem econômica e social, rasgava novas e largas perspectivas.

Reservando-lhe recursos substanciais para prover à sua crescente industrialização, o Programa de Integração Nacional, pelo número, diversidade e natureza de seus objetivos, abriu novos caminhos às migrações regionais e interregionais, facilitou a

fixação do homem nas zonas mais indicadas para a agricultura, a pecuária e a indústria extrativa, bem como criou melhores condições para a circulação da riqueza.

O lançamento do PROTERRA, em julho de 1971, revestiu-se, a seu turno, de singular importância para a agricultura nordestina. Seus resultados, dentro em breve, contribuirão para transformar a fisionomia do Nordeste, concorrendo para que se desenvolvam, paralelamente, as atividades industriais e agrícolas.

Mediante política de investimentos e de crédito, que tem por objetivo fundamental melhorar a produtividade agrícola, o Nordeste adquirirá capacidade para competir no mercado interno e externo, ao mesmo tempo que formará base mais sólida, em termos de mercado consumidor, para manter e consolidar as inversões industriais que aqui estão sendo feitas.

O caráter humano e social do PROTERRA se manifesta, a toda a evidência, nas medidas que contempla a fim de facultar ao homem acesso mais fácil à terra, absorver a mão-de-obra excedente, melhorar as condições de trabalho. Estabelece ele, com tal propósito, os fundamentos para que se modifique a estrutura fundiária, para que se resolva o problema da baixa tecnologia agropastoril e para que se instituem novas e mais vantajosas oportunidades de emprego.

A redistribuição de terra está em andamento, por intermédio de inúmeros projetos de diversificação agrícola, que já começam a executar-se, particularmente na Zona da Mata, esta mesma Zona da Mata que hoje apresenta sinais de considerável vitalidade econômica, por obra da expansão e reorganização da economia do açúcar.

Cumpra-se observe que as modificações introduzidas no sistema de incentivos fiscais, em meados de 1970, não acarretou qualquer prejuízo para o Nordeste, no tocante ao volume de recursos federais atribuídos à região. Não consideradas as reduções provocadas pelo Programa de Integração Nacional e pelo PROTERRA, os incentivos fiscais proporcionariam ao Nordeste, naquele ano, cerca de um bilhão trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros, a preços de 1973. Ora, o conjunto de programas especiais estabelecidos, desde então, deverá facultar-lhe, entre 1973 e 1974, a média de quatro bilhões setecentos e vinte milhões de cruzeiros, a preços de 1973.

Importa também registrar que nenhum prejuízo sofreu, ainda, em decorrência do Programa de Integração Nacional e do PROTERRA, o processo de industrialização do Nordeste. Não deduzidas as importâncias consignadas a esses Programas, os incentivos fiscais canalizariam para a região nordestina, desde 1970, cerca de oitocentos e sessenta milhões de cruzeiros anuais, a preços de 1973. Por via, entretanto, dos programas especiais já referidos, será destinada ao Nordeste, entre 1973 e 1974, a média anual de dois bilhões cento e sessenta milhões de cruzeiros, também a preços de 1973.

Nesse terreno, ou seja, o da industrialização, dois projetos, em pleno desdobramento na área federal, estão destinados a influir decisivamente na economia nordestina pelo que representam como obra de fortalecimento industrial da região: o pólo petroquímico da Bahia e a siderúrgica de Itaqui, no Maranhão.

No primeiro, que constituirá o maior e mais integrado conjunto petroquímico de que se tem notícia, estão sendo investidos seis bilhões de cruzeiros. A

sua unidade central, as três unidades de apoio e as vinte unidades petroquímicas, que lhe compõem o todo, exercerão, pelo seu efeito multiplicador, poderosa influência sobre toda a região, transformando-a em exportadora de produtos da mais alta densidade econômica e tecnológica para as demais regiões brasileiras, assim como para o exterior.

Menor não será o alcance do segundo, que aproveitará a imensa jazida de ferro da Serra dos Carajás para produzir até doze milhões de toneladas de aço por ano. Converter-se-á também essa empresa siderúrgica, cujo estudo de viabilidade se acha em curso, desde o ano passado, em fator de primeira grandeza para que a economia nordestina adquira o dinamismo e ritmo de modernização indispensáveis ao bem-estar do seu povo.

A política de transferência de renda para o Norte-Nordeste não possui similar no mundo, quer pelas suas dimensões, quer pela sua natureza e concepção.

Somente no período 1972-1974, os investimentos do Governo Federal, na Amazônia e no Nordeste, neles incluídos os incentivos fiscais, sobem a cerca de vinte e seis bilhões de cruzeiros, isto é, cerca de um bilhão e meio de dólares anuais.

Supera essa importância toda a ajuda proporcionada, em 1971 ou 1972, pelas organizações financeiras internacionais ao chamado mundo subdesenvolvido. A isso se acrescentam os recursos decorrentes dos atos genéricos de distribuição de renda às categorias sociais economicamente mais fracas, atos entre os quais se contam o Programa de Integração Social, o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, a elevação de proventos dos pensionistas da Previdência Social, a prestação gra-

tuita de medicamentos aos desprovidos de meios para adquiri-los, a assistência alimentar, particularmente por intermédio da Campanha Nacional de Alimentação Escolar.

Comprovam esses dados, na eloquência da sua objetividade, que o atual Governo, fiel aos imperativos da sua filosofia social e honrando os compromissos assumidos com o Nordeste, não conheceu limites, quanto a esforço e sacrifício, na cruzada para romper, nesta área, tanto quanto nas demais, o chamado círculo vicioso da pobreza.

A resposta a esse cometimento se torna cada vez mais clara e categórica, podendo dizer-se, com realismo, que a reação da economia nordestina às medidas governamentais é altamente encorajadora. Nada mais expressivo, a esse respeito, do que o índice atingido pelo produto regional, que se elevou, em 1973, a treze e dois décimos por cento, superior, portanto, à média geral assinalada no Brasil.

Entre outros indicadores que testemunham o dinamismo da economia nordestina, assume particular relevo o concernente à média dos salários pagos pelo setor privado, nos últimos três anos, média pela qual se vê que os rendimentos do trabalho, nessa região, aumentaram no mesmo ritmo do acréscimo verificado no restante do País.

O mesmo realismo, que leva a asserir que o Nordeste começa a mudar, leva, no entanto, a que se consigne, também, a persistência de problemas extremamente sérios, em cuja solução é imperioso se empreguem todas as reservas de imaginação e energia, inaceitáveis, como ainda são, as proporções do desnível regional e as condições de vida reinantes, quer no campo, quer nas cidades.

Não seria de esperar, na verdade, que, em curto prazo, se pudesse, quase como por milagre, elevar a capacidade produtiva no setor urbano e rural, nem que se incorporassem, de um momento para outro, à sociedade de consumo, milhões de trabalhadores do campo, especialmente aqueles que mourejam na faixa semi-árida.

Exigia-se — isto sim — que o Governo, como agente de mudança e modernização, empregasse, tal como fez, todos os meios ao seu alcance para proporcionar ao Nordeste os elementos necessários ao seu progresso econômico e social.

A função governamental, por mais ativa, mais compreensiva e eficaz que possa ser, não prescinde, todavia, do dinamismo individual, da capacidade criadora dos componentes da sociedade. Da qualidade dos recursos humanos depende a plena consecução dos objetivos perseguidos pelo poder público. No desenvolvimento do homem, na confiança por ele adquirida na sua capacidade para se tornar o grande e essencial protagonista ou agente do progresso social, está, por isso mesmo, o centro de gravidade do crescimento econômico e do bem-estar da coletividade.

Sobre acreditar, firmemente, no ilimitado valor do homem comum, no imenso potencial de energia física e espiritual, que nele reside, à espera de condições propícias para se expandir, acredito, de modo especial, no homem nordestino, nas suas admiráveis virtudes, tantas vezes postas à prova em situações dramáticas, qual a que se desdobrou ante os meus olhos em 1970.

É na energia física e espiritual da gente desta terra; na sua determinação de jamais se dar por

vencida, quaisquer que sejam as circunstâncias; na sua permanente disposição de ignorar dificuldades ou obstáculos, sejam eles quais forem; no seu heroísmo tranqüilo diante da adversidade; no seu caráter generoso; na sua fortaleza moral; é, em suma, nesse complexo de qualidades do homem nordestino, justamente orgulhoso da sua identidade cultural, que reside, inabalável, a crença que alimento no futuro desta região, a certeza de que a obra comum aqui empreendida, por governantes e governados, garantirá ao povo nordestino melhoria crescente do seu nível de vida, seja pela continuidade do progresso econômico, seja pelo estabelecimento de relações sociais mais solidárias, mais justas, mais humanas.

Discurso do Presidente MÉDICI, lido perante reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da SUDENE, quando da inauguração do novo edifício-sede daquele órgão, em Recife, dia 28 de janeiro de 1974.